



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO



Parecer Jurídico nº 511/2023

Assunto: Substitutivo ao Projeto de Lei nº 195/2022 – Institui a política municipal para garantir o acesso ao diagnóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e intervenção precoce para crianças de até 36 (trinta e seis) meses no âmbito do Município de Valinhos.

Autoria: Vereadores André Amaral, Alexandre "Japa", Franklin, Marcelo Yoshida, Mayr, Thiago Samasso, Simone Bellini.

À Comissão de Justiça e Redação

Exmo. Presidente Vereador Gabriel Bueno

Trata-se de parecer jurídico relativo ao substitutivo em epígrafe que “*Institui a política municipal para garantir o acesso ao diagnóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e intervenção precoce para crianças de até 36 (trinta e seis) meses no âmbito do Município de Valinhos*”, nos seguintes termos:

| Projeto de Lei 195/2022 | Subst. ao Projeto de Lei nº 195/2022 |
|--|--|
| <p>Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de Valinhos, a garantia do acesso ao diagnóstico precoce, ainda que não definitivo, do Transtorno do Espectro Autista (TEA) para crianças de até 36 (trinta e seis) meses de idade, bem como a intervenção precoce para tratamento da criança e atendimento de seus familiares responsáveis.</p> <p>§ 1º. Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com Transtorno Espectro Autista (TEA) aquela com anomalia qualitativa constituída por característica global do desenvolvimento, conforme definido na classificação</p> | <p>Art. 1º. Fica instituída a política municipal para a garantia do acesso ao diagnóstico precoce, ainda que não definitivo, do Transtorno do Espectro Autista (TEA), às crianças, desde o nascimento até os 36 meses, bem como à intervenção precoce para tratamento da criança.</p> <p>Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com TEA aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma prevista com anomalia qualitativa constituída por característica global do desenvolvimento, conforme definido na classificação</p> |



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como definida na Lei Federal nº 12.764/2012.

§ 2º. *A pessoa com Transtorno Espectro Autista (TEA) é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.*

Art. 2º. *Será garantida a aplicação do Protocolo do Estado de São Paulo de Diagnóstico, Tratamento e Encaminhamento de Pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a todas as crianças de até 36 (trinta e seis) meses de vida, com a finalidade de facilitar a detecção de risco para o seu desenvolvimento psíquico, conforme as recomendações que constam no Protocolo Estadual.*

Art. 3º. *Fica garantido o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às necessidades de saúde da criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ainda que de forma não definitiva, que incluirão, entre outros:*

- a) O atendimento multiprofissional;*
- b) A nutrição adequada e terapia nutricional;*
- c) Os medicamentos necessários ao tratamento;*

Art. 4º. *O Poder Público poderá, a seu critério e conveniência, divulgar a necessidade de diagnóstico precoce do*

estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como definida na Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Art. 2º. *São objetivos da política municipal instituída por essa lei:*

I - Garantir que o público-alvo seja submetido a protocolos oficiais de diagnóstico precoce do TEA, tal qual o Protocolo do Estado de São Paulo de Diagnóstico Tratamento e Encaminhamento de Pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com a finalidade de facilitar a detecção de risco para o seu desenvolvimento psíquico;

II - Incentivar o diagnóstico precoce do TEA;

III - Garantir a intervenção precoce;

IV - Promover a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com TEA, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

V - Promover a formação e a qualificação dos pediatras e dos profissionais da Atenção Primária à Saúde, dos profissionais da comunidade escolar das creches municipais, bem como dos demais servidores que atendam o público alvo;

VI - Divulgar e garantir o acesso às informações necessárias aos munícipes,



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Transtorno do Espectro Autista (TEA) de forma a incentivar que este ocorra nos primeiros 36 (trinta e seis meses) meses de vida, por meio da afixação de cartazes ilustrados nas repartições públicas, incluindo unidades básicas de saúde e escolas da rede pública municipal, bem como por meio de divulgação no site oficial da Prefeitura de Valinhos, além de outras formas de divulgação.

Art. 5º. *Para fins de diagnóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA), será observado, como diretriz, o Protocolo do Estado de São Paulo de Diagnóstico Tratamento e Encaminhamento de Pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como o formulário M-CHAT para fins de avaliação do paciente, conforme prática adotada pela Sociedade Brasileira de Pediatria, nos termos do Anexo I, da presente Lei.*

§1º: *A referida avaliação será disponibilizada pais ou responsáveis, devidamente acompanhados de um profissional de saúde, no primeiro atendimento de saúde da criança perante a rede de saúde pública ou privada.*

§2º. *De forma periódica, deverão ser efetuadas novas avaliações até que a criança tenha completado 36 (trinta e seis) meses de idade.*

§3º *Caso o resultado obtido no teste demonstre necessidade de nova avaliação, o paciente terá acesso a atendimento*

por meio da afixação de cartazes explicativos em repartições públicas, bem como da divulgação no site oficial da prefeitura, sobre a importância do diagnóstico e da intervenção precoces, também acerca da política pública municipal.

Art. 3º. *Fica garantido o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às necessidades de saúde da criança diagnosticada com TEA, ainda que de forma não definitiva, que incluirão, entre outros:*

- a)** *O atendimento multiprofissional;*
- b)** *A nutrição adequada e terapia nutricional;*
- c)** *Os medicamentos necessários ao tratamento;*
- d)** *Informações que auxiliem no diagnóstico definitivo e no tratamento.*

Art. 4º. *Nos termos da Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o Município poderá estabelecer, a seu critério, convênios e termos de parceria com pessoas jurídicas de direito público ou privado, com o propósito de fazer cumprir uma ou mais das determinações desta Lei.*

Art. 5º. *As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.*

Art. 6º. *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

| | |
|--|--|
| <p><i>especializado.</i></p> <p>Art. 6º. <i>O Município poderá, a seu critério e conveniência, estabelecer convênios e termos de parceria com pessoas jurídicas de direito público ou privado, com o propósito de fazer cumprir as determinações desta Lei.</i></p> <p>Art. 7º. <i>As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.</i></p> <p>Art. 8º. <i>Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</i></p> | |
|--|--|

Ab initio, cumpre destacar a atribuição regimental à Comissão de Justiça e Redação estabelecida no artigo 38¹.

Outrossim, ressalta-se que a opinião jurídica exarada não possui força vinculante, sendo meramente opinativo², não fundamentando decisão proferida pelas Comissões.

Considerando-se os aspectos jurídicos passa-se a **análise técnica** do projeto.

¹ Art. 38. *Compete à Comissão de Justiça e Redação manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, quando solicitado o seu parecer por imposição regimental ou deliberação de um terço dos Vereadores da Câmara. § 1º É obrigatória a audiência da Comissão sobre todos os projetos que tramitem pela Câmara, ressalvados os que explicitamente tiverem outro destino por este Regimento. § 2º Concluindo a Comissão de Justiça e Redação pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, deve o parecer vir a plenário para ser discutido e somente quando rejeitado prosseguirá o processo.(G.n).*

² *Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal: "O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)*



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

No que tange aos projetos de Substitutivo o Regimento Interno desta Casa de Leis assim estabelece:

*Art. 97. **Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário**, devendo ser redigida com clareza e em termos explícitos e sintéticos, podendo **consistir em** projetos de resolução, de lei e de decretos legislativos, indicações, moções, requerimentos, **substitutivos**, emendas, subemendas, pareceres e recursos.*

(...)

CAPÍTULO VI - DOS SUBSTITUTIVOS E DAS EMENDAS(arts. 139 a 141)

*Art. 139. **Substitutivo** é o projeto apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.*

Parágrafo único. Não é permitido ao Vereador apresentar substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

(...)

*Art. 141. Não serão aceitos **substitutivos**, emendas ou subemendas que não tenham relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.*

§ 1º O autor do projeto que receber substitutivo ou emenda estranhos ao seu objetivo terá o direito de reclamar contra a sua admissão, competindo ao Presidente decidir sobre a reclamação.

(...)

Art. 152. Na primeira discussão debater-se-á cada artigo do projeto separadamente.

§ 1º Nesta fase da discussão é permitida a apresentação de substitutivos, emendas e subemendas.

§ 2º Apresentado o substitutivo pela Comissão competente ou pelo próprio autor, será discutido preferencialmente em lugar do projeto; sendo o substitutivo apresentado por Vereador será encaminhado à Comissão competente para parecer.

Destarte, verifica-se que o projeto atende aos dispositivos do Regimento Interno da Câmara, tratando-se de substitutivo que tem relação com a matéria da proposição principal, não havendo óbice regimental para sua tramitação.

A proposta em exame no que tange à **competência municipal** afigura-se revestida de constitucionalidade, pois por força da Constituição os Municípios foram dotados de autonomia legislativa, que vem consubstanciada na capacidade de legislar



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

sobre assuntos de interesse local, e de complementar a legislação federal e estadual no que couber (art. 30, I e II, da CRFB).

Nessa linha, a Lei Orgânica do Município de Valinhos estabelece:

Art. 5º Compete ao Município, no exercício de sua autonomia, legislar sobre tudo quanto respeite ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e garantir o bem-estar de seus habitantes, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

[...]

Art. 8º Cabe à Câmara, com a sanção do Prefeito, observadas as determinações e a hierarquia constitucional, complementar a legislação Federal e Estadual e fiscalizar, mediante controle externo, a administração direta ou indireta, as fundações e as empresas em que o Município detenha a maioria do capital social com direito a voto, especialmente:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

[...]

Acerca do conceito de interesse local o saudoso professor Hely Lopes Meirelles leciona:

*"Interesse local não é interesse exclusivo do Município; não é interesse privativo da localidade; não é interesse único dos municípios. Se se exigisse essa exclusividade, essa privatividade, essa unicidade, bem reduzido ficaria o âmbito da Administração local, aniquilando-se a autonomia de que faz praça a Constituição. Mesmo porque não há interesse municipal que não o seja reflexamente da União e do Estado-membro, como, também, não há interesse regional ou nacional que não ressoe nos Municípios, como partes integrantes da Federação brasileira. **O que define e caracteriza o 'interesse local', inscrito como dogma constitucional, é a predominância do interesse do Município sobre o do Estado ou da União". (gn)***

(in Direito Municipal Brasileiro, 6ª ed., atualizada por Izabel Camargo Lopes Monteiro e Yara Darcy Police Monteiro, 1993, Malheiros, p. 98)



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

No que tange à competência para legislar sobre proteção das pessoas portadoras de deficiência a Constituição Federal estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

*XIV - **proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;***

(...)

Assim, temos que o projeto em apreço versa sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, que constituem temas afetos à competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal (art. 24, XIV, da Constituição Federal).

Entretanto, como dito os Municípios detêm atribuição para “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber” constante do art. 30, II, da CF. Nesse aspecto, Pedro Lenza³ assevera: “*Observar ainda que tal competência se aplica, também, às matérias do art. 24, suplementando as normas gerais e específicas, juntamente com as outras que digam respeito ao peculiar interesse daquela localidade*”.

Depreende-se, portanto, que ainda que o tema seja de competência concorrente e que os Municípios não estejam expressamente mencionados no caput do art. 24, a eles é dada a atribuição de legislar suplementando a legislação federal e estadual naquilo que for de interesse local.

Do mesmo modo, a Constituição Federal estabelece a competência dos entes federativos para cuidar da proteção e garantia das pessoas com deficiência:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

³ LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 2016.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

(...)

Outrossim, ressalta-se que o Brasil é signatário da **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 30.03.07**, aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo n.º 186/08, comprometendo-se a “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por **todas as pessoas com deficiência** e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (art. 1º).

Por seu turno a Lei Federal n.º 12.764/12, que instituiu a **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, assegura à pessoa com transtorno do espectro autista o direito ao diagnóstico precoce, vejamos:

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

(...)

*III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, **objetivando o diagnóstico precoce**, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;*

(...)

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

(...)

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

(...)



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Nesse sentido:

*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Lei Municipal nº 3.739, de 26 de novembro de 2020, de iniciativa parlamentar, **dispondo sobre a política municipal de proteção dos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista.** Vício de iniciativa. Cabe, privativamente, ao Executivo a iniciativa legislativa na matéria de servidores públicos e seu regime jurídico. **Presença do vício apontado, apenas em relação ao art. 5º ao determinar que a instituição de horário especial para servidores municipais que tenham sob sua responsabilidade e cuidados, cônjuge, filho ou dependente com deficiência de transtorno do espectro autista.** Reconhecimento de inconstitucionalidade por vício de iniciativa apenas do art. 5º, por afronta aos arts. 5º, 24, §2º, 4, da CE. Quanto ao mais, compete a todos os poderes do Estado – e não apenas ao Poder Executivo – a adoção de medidas visando à mais ampla proteção e inclusão social das pessoas portadoras do transtorno do espectro autista e outras deficiências. Promoção do princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento do Estado Brasileiro (art. 1º, III, da CF). Organização administrativa. **Permite contrato ou convênio entre o poder público e pessoas jurídicas de direito privado para cumprimento de diretrizes firmadas. Afronta à separação dos poderes no que se refere ao parágrafo único, do art. 2º. Matéria de gestão administrativa. Inconstitucionalidade por ofensa aos arts. 5º, 47, inciso XIV e 144 da CE. Ação procedente, em parte.***

(TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2298290-37.2020.8.26.0000; Relator (a): Evaristo dos Santos; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 18/08/2021; Data de Registro: 19/08/2021)

Todavia, cumpre registrar que também encontramos decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo em sentido oposto, vejamos:

*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI Nº 2.692, DE 22 DE AGOSTO DE 2022, DO MUNICÍPIO DE GÁLIA, QUE **INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) – NORMA QUE DISPÕE SOBRE PROTEÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA – OFENSA AO PACTO FEDERATIVO – USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL - EXISTÊNCIA DE LEIS FEDERAL E ESTADUAL DISCIPLINANDO A MATÉRIA – INEXISTÊNCIA DE LACUNA OU OMISSÃO A SER SUPRIDA PELA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL – INVASÃO À COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO – OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL E AO ART. 113 DO ADCT – INCONSTITUCIONALIDADE. 1. Lei nº 2.692, de***



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

22 de agosto de 2022, que instituiu a Política Municipal de Proteção dos Direitos de Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Município de Gália. Lei que se alicerça nas políticas nacional e estadual de proteção à pessoa com transtorno do espectro autista. Inexistência de lacuna ou omissão na legislação existente, ou de interesse local a ser suprido por lei municipal. Precedentes desta E. Corte. Exceção feita ao art. 5º, caput, que institui o Dia Municipal de Conscientização do Transtorno do Espectro Autista. 2. Norma que institui política pública, dispõe sobre convênios, palestras, cursos de capacitação em ABA, além de gerar obrigações e responsabilidade ao Poder Executivo. Ofensa ao postulado da separação de Poderes. 3. Atendimento privilegiado a pais acompanhados de crianças chorando, mesmo que não diagnosticadas com autismo. Ofensa à isonomia. 4. Fixação de prazo para regulamentação pelo Executivo ofende o princípio da separação de Poderes (artigos 5º, 47, II e XIV, e 144, CE). Precedentes do Tribunal. 5. Lei que não foi precedida de estimativa de impacto orçamentário e financeiro. Ofensa ao art. 144 da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade formal. Reconhecimento. Ação direta de inconstitucionalidade procedente, em parte.

(TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2273935-89.2022.8.26.0000; Relator (a): Décio Notarangeli; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 12/04/2023; Data de Registro: 13/04/2023)

No que tange à competência para deflagrar o processo legislativo a Constituição do Estado de São Paulo, no artigo 24, § 2º em simetria com o artigo 61, § 1º da Constituição Federal, estabelece o rol de hipóteses de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo:

Artigo 24 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia (sic) Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

[...]

§ 2º - Compete, exclusivamente, ao Governador do Estado a iniciativa das leis que disponham sobre:

1 - criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração;



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

- 2 - criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 47, XIX; (NR)- Redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14/2/2006.
- 3 - organização da Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública do Estado, observadas as normas gerais da União;
- 4 - servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- 5 - militares, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para inatividade, bem como fixação ou alteração do efetivo da Polícia Militar;
- 6 - criação, alteração ou supressão de cartórios notariais e de registros públicos.

Na mesma linha, o art. 48, da Lei Orgânica do Município de Valinhos estabelece as matérias de deflagração exclusiva do Prefeito Municipal:

Art. 48. Compete, exclusivamente, ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

- I - criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração;*
- II - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração pública;*
- III - servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;*
- IV - abertura de créditos adicionais.*

Acerca dos limites da competência legislativa municipal dos membros do Poder Legislativo destacamos decisão do Colendo Supremo Tribunal Federal que forneceu paradigma nesse sentido. Trata-se do **Tema nº 917 de repercussão geral (Paradigma ARE 878911)** que recebeu a seguinte redação:

“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal)”.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

*Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. **Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.** 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. 5. Recurso extraordinário provido.*

(ARE 878911 RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 29/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-217 DIVULG 10-10-2016 PUBLIC 11-10-2016)

Assim, consoante entendimento da C. Suprema Corte (Tema de repercussão geral nº 917) extrai-se que a iniciativa dos vereadores é ampla encontrando limites apenas naqueles assuntos afetos diretamente ao Chefe do Poder Executivo, notadamente, a estruturação da Administração Pública, a atribuição de seus órgãos e o regime jurídico de servidores público, o que não é o caso do projeto em análise.

Não obstante, encontramos decisão do Tribunal de Justiça do Estado pela inconstitucionalidade de alguns dispositivos de lei do Município de São José do Rio Preto, em caso análogo, vejamos:

Ementa

*Ação direta de inconstitucionalidade – Ação movida pelo Prefeito do Município de São José do Rio Preto objetivando a invalidação da Lei nº 14.119/2022, de iniciativa parlamentar, a qual "**dispõe sobre o acesso de pessoas com Transtorno do Espectro Autista TEA aos direitos assegurados no art. 3º da Lei Nacional nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, no âmbito do município de São José do Rio Preto**"; **Inexistência, em linhas gerais, de vício de iniciativa, à luz do Tema nº 917 de Repercussão Geral e da competência legislativa suplementar***



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

dos Municípios a respeito da matéria – Precedentes deste C. Órgão Especial – Ausência, ainda em âmbito geral, de mácula ao art. 25 da Constituição Estadual e ao art. 113 do ADCT – Jurisprudência do E. STF assente no sentido de que a ausência de indicação da fonte de custeio para realização das medidas preconizadas na norma não é causa de sua inconstitucionalidade, implicando tão somente que a eficácia da norma se dará apenas no exercício financeiro seguinte ao de sua promulgação – Política pública que, ao ser sujeita à disponibilidades financeiras e técnicas locais, possuindo certo grau de flexibilização, não se insere no conceito de despesa obrigatória – Inconstitucionalidade aferida, contudo, em relação a dispositivos específicos contidos na norma em questão; Parágrafo único do art. 1º - Inovação na classificação das pessoas portadoras de TEA em relação ao quanto disposto no art. 1º, §1º, I e II da Lei Nacional nº 12.764/2012, referente à Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – Extrapolação, ademais, da Lei Estadual nº 17.158/2019, que reproduz o diploma nacional – Afronta à competência normativa concorrente da União e Estados prevista no art. 24, XIV, da CF; Alínea "a" do inciso VIII do art. 3º – Concessão de passe livre no transporte público a portadores da enfermidade em tela e a seus acompanhantes – Disposição acerca de preço público, de competência legislativa privativa do Chefe do Executivo, a teor do art. 159, parágrafo único, da CE – Infringência, ademais, ao art. 113 do ADCT, pois o benefício implicaria a renúncia de receita pública e não há notícia de que tenha sido realizado, no curso do processo legislativo, estudo de estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro; Parágrafos 1º a 3º do art. 3º, incisos I a IV do art. 5º e inciso II do art. 6º – Imposição da forma de encaminhamento de pessoas com atraso global de neurodesenvolvimento ou suspeita de TEA, com fixação de prazo para conclusão do diagnóstico de eventual enfermidade – Avaliações por equipe multidisciplinar em determinadas faixas etárias para fins de detecção precoce de risco de evolução autística e diagnóstico precoce de TEA, aplicação de PEP-R e prestação de atendimento em específicas áreas da saúde – Disponibilização e capacitação de acompanhante para aluno com TEA incluído



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

em classe comum do ensino regular – Estabelecimento de obrigações específicas ao Executivo, que tolhem a opção deste pela via mais adequada à implantação da política pública – Dissonância quanto aos arts. 5º, 47, II e XIV, e 144 da CE; Parágrafo único do art. 7º – Expedição da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), prevista no art. 3º-A da Lei Nacional nº 12.764/2012 – Usurpação da competência normativa exclusiva da União a respeito de direito civil e registros públicos (art. 22, I e XXV); Demais dispositivos da lei local que constituem normas principiológicas ou de caráter genérico, não impondo ao Executivo determinado modo de implementação das medidas previstas na política pública local, tampouco conflitando com as disposições federais e estaduais sobre a matéria; Pedido julgado parcialmente procedente.

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Prefeito Municipal de São José do Rio Preto pugnando a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 14.119/2022, que “Dispõe sobre o acesso de pessoas com Transtorno do Espectro Autista TEA aos direitos assegurados no art. 3º da Lei Nacional nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, no âmbito do município de São José do Rio Preto”. A lei advém de projeto de autoria de vereador e foi objeto de veto total pelo Prefeito, rejeitado pela Câmara.

(...)

Para melhor exame do caso, cumpre transcrever a lei objurgada:

Art. 1º O acesso de pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA ao rol de direitos previstos no art. 3º da Lei Nacional nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, em âmbito de atendimento municipal, observará ao disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, entende-se como pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA a pessoa com transtorno autista, síndrome de Asperger, transtorno invasivo do desenvolvimento sem outra especificação e demais síndromes que levam a comprometimentos na comunicação e interação social, englobando comportamentos restritivos e repetitivos, ou afetam o desenvolvimento cerebral.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 2º São direitos da pessoa com TEA, sem prejuízo de outros previstos na legislação federal e estadual:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso, exploração, violência ou discriminação;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, visando à atenção integral às suas necessidades;

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) ao mercado de trabalho;

c) à previdência social e à assistência social;

d) à moradia.

V - transporte escolar e público a crianças e adultos com TEA e seus responsáveis.

Art. 3º A atuação integrada entre o Município e a sociedade na consecução dos direitos das pessoas com TEA compreende:

I - prestar apoio social e psicológico às famílias de pessoas com TEA;

II - promover campanhas de esclarecimento à população no tocante às especificidades do TEA;

III - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas específicas, voltadas às pessoas com TEA e o controle social de sua implantação, acompanhamento e avaliação;

IV - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com TEA, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e alimentação adequada;

V - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho;

VI - a responsabilidade do Poder Público quanto à divulgação da informação pública e à conscientização sobre o TEA e suas implicações;

VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com TEA, bem como a pais e responsáveis;

VIII - garantia de transporte público adequado para as pessoas com TEA, compreendendo:

a) fornecimento de passe livre no transporte público para a pessoa com TEA e para o acompanhante, com direito a ocupar assentos destinados às pessoas com deficiência;



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

b) disponibilização de informação e esclarecimento sobre autismo a profissionais do transporte público municipal.

IX - instituir alternativas residenciais para as pessoas com TEA que tenham perdido suas referências familiares, por motivo de falecimento de seus familiares ou abandono, a saber:

a) programas de adoção de pessoas com TEA, com apoio, acompanhamento e fiscalização do Município; e

b) residências assistidas e ampliação das já existentes.

§ 1º As pessoas diagnosticadas com atraso global de neurodesenvolvimento deverão ser encaminhadas para avaliação de TEA, a fim de que se possa alcançar um diagnóstico precoce e necessário para o atendimento e tratamento adequados.

§ 2º A conclusão do diagnóstico precoce deverá ocorrer no prazo de até 6 (seis) meses, contado a partir da primeira avaliação médica em que foram observados sintomas característicos de TEA.

§ 3º As pessoas que apresentarem sintomas característicos de TEA serão encaminhadas para um serviço de atenção básica, para fins de acolhimento e direcionamento para eventual diagnóstico.

Art. 4º O atendimento à pessoa com TEA nas áreas de saúde, educação e assistência social compreenderá atuação integrada por profissionais informados e treinados sobre as necessidades do público-alvo, em que se faz necessária a criação de protocolos de atendimento em toda rede municipal.

Art. 5º Fica garantido o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às necessidades de saúde das pessoas com TEA, compreendendo:

I - de 0 (zero) a 2 (dois) anos e 11 (onze) meses de idade: avaliação por equipe multidisciplinar para detecção precoce de risco de evolução autística;

II - a partir de 2 (dois) anos e 11 (onze) meses de idade: avaliação por equipe multidisciplinar para diagnóstico precoce de TEA, ainda que não definitivo;

III - Aplicação do PEP-R (Perfil Psicoeducacional Revisado) entre 2 (dois) e 3 (três) anos de idade;

IV - atendimento especializado nas seguintes áreas:

a) neurologia;

b) psiquiatria;

c) psicologia;

d) psicopedagogia;

e) psicoterapia comportamental;

f) análise do comportamento aplicada - ABA;



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

- g) nutricionista**
- h) odontologia;**
- i) fonoaudiologia;**
- j) fisioterapia;**
- k) educação física;**
- l) musicoterapia;**
- m) equoterapia;**
- n) natação.**

Art. 6º É garantida a educação da criança com TEA dentro do mesmo ambiente escolar das demais crianças, compreendendo:

I - capacitação dos profissionais que atuam nas escolas para o acolhimento e a inclusão de alunos autistas;

II - disponibilização e capacitação de acompanhante para aluno com TEA incluído em classe comum do ensino regular;

III - garantia de suporte escolar complementar especializado no contraturno, para o aluno com TEA incluído em classe comum do ensino regular;

IV - garantia de capacitação, estrutura e material escolar adaptados às necessidades educacionais especiais dos alunos com TEA e que estas sejam baseadas por práticas justificadas em evidências científicas;

V - garantia de acesso ao ensino voltado para jovens e adultos (EJA) às pessoas com TEA que atingiram a idade adulta sem terem sido devidamente escolarizadas.

Art. 7º O Município manterá cadastro de pessoas com TEA, sob responsabilidade do órgão competente.

Parágrafo único. As pessoas portadoras de TEA terão direito à expedição gratuita de Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), que será emitida gratuitamente pelo Município, através do órgão responsável pela execução da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, nos termos da Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020 (Lei Romeo Mion).

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Inicialmente, excetuados eventuais dispositivos que imponham obrigações específicas ao Poder Executivo o que, como se verá adiante, ocorre neste caso, não vislumbro que lei parlamentar instituidora de diretrizes de política pública relativa aos portadores de TEA seja imbuída de vício de iniciativa, à luz da tese firmada no Tema nº 917 de Repercussão Geral e observada a competência legislativa suplementar dos Municípios a respeito da matéria (arts. 24, IX, XIV, XV e §1º e 30, II, da CF).

(...)

O caput do art. 1º meramente se limita a consignar que em seus termos se dará a consecução dos direitos previstos no art. 3º da Lei de Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Contudo, o parágrafo único do art. 1º indevidamente inova, em relação ao art. 1º, §1º, I e II da citada lei nacional, a respeito da classificação das pessoas portadoras de TEA.

(...)

Como adendo, observo que a Lei Estadual nº 17.158/2019, que instituiu a discutida política a nível estadual, reproduziu os mesmos dispositivos da lei nacional, razão pela qual a norma municipal dela também destoa.

Destarte, o parágrafo único do art. 1º da lei local afronta a competência normativa concorrente da União e Estados acerca da proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência (art. 24, XIV, da CF), devendo, pois, ser declarado inconstitucional.

(...)

Também padecem de inconstitucionalidade os §§1º a 3º do art. 3º, porquanto ao determinarem de modo detalhado a forma de encaminhamento de pessoas com atraso global de neurodesenvolvimento ou suspeita de TEA, inclusive ditando prazo para conclusão do diagnóstico de eventual enfermidade, impõem obrigações ao Executivo que tolhem a opção deste pela via mais adequada à implementação da política pública, o que não é condizente com os arts. 5º, 47, II e XIV, e 144 da CE.

(...)

Por outro lado, seus incisos I, II, III e IV devem ser invalidados, sob o fundamento aplicado aos §§1º a 3º do art. 3º.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

As avaliações por equipe multidisciplinar em determinadas faixas etárias para fins de detecção precoce de risco de evolução autística e diagnóstico precoce de TEA, a aplicação de PEP-R e a prestação de atendimento especializado em específicas áreas da saúde, embora, em linhas gerais, coadunem-se com as diretrizes constantes na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (art; 2º, III) e no Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência (art. 18, caput e §4º, I), são medidas cuja propositura cabe ao Poder Executivo, que, em consonância com os órgãos locais responsáveis pela saúde pública, definirá as ações mais adequadas à consecução da garantia ao acesso integral à saúde pelo do portador de TEA.

Por tal razão, conclui-se que os referidos incisos lesam o princípio da separação dos Poderes.

(...)

De outra banda, o inciso II se imiscui excessivamente na seara do Executivo, demandando, para adequado cumprimento, a contratação de servidores para acompanhamento do educando portador de TEA. Por essa razão, reputo-o inconstitucional.

(...)

Ante o exposto, pelo meu voto, julgo parcialmente procedente o pedido formulado pelo alcaide, para declarar inconstitucionais, com efeitos ex tunc, os seguintes dispositivos da Lei nº 14.119/2022 do Município de São José do Rio Preto: a) parágrafo único do art. 1º; b) alínea “a” do inciso VIII e §§1º a 3º do art. 3º; c) incisos I a IV do art. 5º; d) inciso II do art. 6º; e e) parágrafo único do art. 7º.

LUCIANA ALMEIDA PRADO BRESCIANI
Desembargadora

(TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2037500-03.2022.8.26.0000; Relator (a): Luciana Bresciani; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 06/09/2022; Data de Registro: 08/09/2022)

Destarte, *data máxima vênia*, com fulcro no referido precedente da Corte Bandeirante, sugerimos alteração do parágrafo único do art. 1º para suprimir trecho do disposto que traz a classificação de pessoa com Transtorno Espectro Autista (TEA) em termos distintos do constante da Lei de Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em observância à competência privativa da União (art. 24, XIV, da CF) e aos limites da competência legislativa



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

suplementar dos Municípios em relação à matéria (arts. 24, IX, XIV, XV e §1º e 30, II, da CF).

Do mesmo modo, considerando o precedente supracitado, respeitosamente, sugerimos a supressão da expressão “*para crianças de até 36 (trinta e seis) meses de idade*” constante da ementa, da expressão “*desde o nascimento até os 36 meses*”, constante do caput do art. 1º, que fixa até que idade deve ser feito o diagnóstico precoce, porquanto no entendimento da Corte Bandeirante estaria adentrando em matéria de competência privativa do Executivo, vulnerando os princípios da reserva da administração e da separação dos poderes.

Outrossim, cumpre acrescer que apenas em situações excepcionais o Poder Legislativo pode autorizar a celebração de parcerias e convênios (vide art. 4º do projeto), exclusivamente nos casos em que resultem compromissos gravosos ao Município, consoante restou decidido na ação direta de inconstitucionalidade nº 2282700-54.2019.8.26.0000 em face do art. 8º, XIV, da Lei Orgânica do Município de Valinhos:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Artigo 8º, inciso XIV, da Lei Orgânica do Município de Valinhos. Dispositivo que exige prévia autorização ou aprovação do legislativo para que a Administração firme convênios, acordos ou contratos de que resultem encargos para o Município. Alegação de ofensa aos princípios da Separação dos Poderes e da Reserva da Administração. Rejeição. Possibilidade de aproveitamento da norma mediante técnica de interpretação. Exigência cabível em situações excepcionais no resguardo do patrimônio público. Conforme já decidiu o Plenário do Supremo Tribunal Federal, a previsão de autorização parlamentar nos casos em que acordos ou convênios possam acarretar encargos gravosos ao patrimônio público, não interfere em atos de gestão (ADI nº 331, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 03/04/2014). Exigência válida inclusive em relação aos contratos. Inteligência do artigo 20, inciso XIX, da Constituição Estadual que, ao contrário de proibir, prevê hipótese semelhante de autorização legislativa para contratos. Necessidade apenas de conferir ao dispositivo impugnado interpretação conforme a Constituição no sentido de que a exigência de autorização ou aprovação da Câmara Municipal (objeto do questionamento) é



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

restrita aos convênios, acordos ou contratos de que resultem compromissos gravosos para o município, excluídas as hipóteses de convenções normais. Ação julgada parcialmente procedente. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2282700-54.2019.8.26.0000; Relator (a): Ferreira Rodrigues; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 04/06/2020; Data de Registro: 05/06/2020) .Grifo nosso.

No mesmo sentido:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI Nº 5.654, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021, DO MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA QUE 'DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OFERTA EM PARQUES, PRAÇAS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA, DE BRINQUEDOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER ADAPTADOS, PARA UTILIZAÇÃO POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA' - ATO NORMATIVO DE INICIATIVA PARLAMENTAR - NORMA ABSTRATA E GENÉRICA QUE DISPÕE SOBRE INCLUSÃO SOCIAL E ACESSIBILIDADE - LEGISLAÇÃO QUE, EM SUA ESSÊNCIA, NÃO INTERFERE NA GESTÃO DO MUNICÍPIO E TAMPOUCO VEICULA MATÉRIA INSERIDA NA RESERVA DE ADMINISTRAÇÃO - COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE - ÚNICA RESSALVA SE FAZ QUANTO AO ARTIGO 6º DA NORMA, QUE AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE PARCERIAS PELO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - INADMISSIBILIDADE – INGERÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES - AFRONTA AOS ARTIGOS 5º, 47, INCISO XIV, E 144, TODOS DA CARTA PAULISTA - INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA APENAS NESSE PONTO - AÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE". "Por se tratar de limitações ao poder de instauração do processo legislativo, as hipóteses previstas no texto constitucional devem ser interpretadas restritivamente, inexistindo óbice à iniciativa de lei parlamentar que disponha sobre acessibilidade em espaços públicos porquanto o constituinte não restringiu o âmbito de sua titularidade, cuidando-se, isto sim, de competência concorrente". "A ausência de dotação orçamentária apenas conduz à inexecutabilidade da norma no ano em que foi aprovada, não traduzindo infringência ao disposto no artigo 25 da Constituição Estadual". "O Prefeito não necessita de autorização do Poder Legislativo para o desempenho de atos de sua exclusiva competência, tais como a realização de convênios, contratos ou parcerias, interferindo no juízo de conveniência e oportunidade da administração pública municipal". (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2125175-38.2021.8.26.0000; Relator (a): Renato Sartorelli; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 01/12/2021; Data de Registro: 02/12/2021)



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Destarte, pedimos vênia para sugerir a supressão do art. 4º do projeto, conforme entendimento jurisprudencial supracitado.

Noutro aspecto, quanto ao inciso VI do art. 2º do projeto, que dispõe sobre divulgação da necessidade de diagnóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA), colacionamos decisões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em casos análogos chancelando a possibilidade do Poder Legislativo local deflagrar lei a esse respeito, vejamos:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Lei nº 11.975, de 14 de maio de 2019, de iniciativa parlamentar, dispondo sobre a afixação de cartaz, em todos os estabelecimentos comerciais do Município de Sorocaba, conscientizando a população sobre a Lei nº 11.634/17, a qual proíbe a utilização de fogos de artifício com ruído acima de 65 db nas áreas públicas da cidade. Vício de iniciativa. Inocorrência. Iniciativa legislativa comum. Recente orientação do Eg. Supremo Tribunal Federal. Organização administrativa. Ausência do vício. A norma visa à divulgação de lei municipal disciplinando a poluição sonora causada por fogos de artifício. Prestigiado o princípio da publicidade. Não configurada ingerência em ato de gestão. Princípio da razoabilidade e proporcionalidade. Violação caracterizada. Ofensa aos arts. 111 e 144 da CE. Norma destinada a todos os estabelecimentos comerciais do Município, "sem exceção", sob pena de multa. Desproporcionalidade. Imposição de gravame exagerado e desnecessário a particulares que desempenham atividades totalmente diversas da comercialização de fogos de artifício. Ingerência excessiva no setor comercial. Declaração de nulidade parcial sem redução de texto do art. 1º da Lei 11.975/19, de modo a que fiquem sujeitos à lei somente os estabelecimentos comerciais que produzam ou comercializem artefatos e fogos de artifício. Ação procedente, em parte. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2167664-61.2019.8.26.0000; Relator (a): Evaristo dos Santos; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 02/10/2019; Data de Registro: 04/10/2019) –grifo nosso.

DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI MUNICIPAL QUE DETERMINA A AFIXAÇÃO DE CARTAZES INFORMATIVOS DOS NÚMEROS DO DISQUE-DENÚNCIA NAS ESCOLAS DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA DE RIBEIRÃO PRETO – INCONSTITUCIONALIDADE NA EXPRESSÃO "DA REDE PÚBLICA" CONTIDA NO ARTIGO 1º, DA LEI MUNICIPAL Nº 14.191/2018 NÃO VERIFICADA – NÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CARACTERIZAÇÃO DE UMA DAS HIPÓTESES EXCEPCIONAIS DE INICIATIVA LEGISLATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO – ATIVIDADE LEGIFERANTE QUE PERTENCE, EM REGRA, AO LEGISLATIVO – LEI MUNICIPAL QUE PRESTIGIA A PUBLICIDADE ADMINISTRATIVA – AÇÃO IMPROCEDENTE. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2154897-25.2018.8.26.0000; Relator (a): Ferraz de Arruda; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 29/01/2019; Data de Registro: 11/02/2019) – grifo nosso.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI Nº 8.700, DE 17 DE AGOSTO DE 2016, DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ/SP, QUE "EXIGE, EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS, CARTAZ INFORMANDO QUE CLIENTES E USUÁRIOS NÃO PODEM SER IMPEDIDOS DE ACESSAR OS CANAIS DE ATENDIMENTO CONVENCIONAIS (GUICHÊS DE CAIXA E OUTROS)" – ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PACTO FEDERATIVO, VÍCIO DE INICIATIVA E MÁCULA À SEPARAÇÃO DOS PODERES – LEI QUE NÃO DESBORDA A COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONSTITUCIONAL ATRIBUÍDA AOS MUNICÍPIOS, E SIM OUTORGA MAIOR PUBLICIDADE À PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR, CONFORME DISPOSIÇÃO NORMATIVA PREEXISTENTE DE ÂMBITO FEDERAL – INICIATIVA NÃO RESTRITA AO CHEFE DO EXECUTIVO LOCAL – AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO ENTRE PODERES DA REPÚBLICA – ATO DE FISCALIZAR INERENTE AO EXECUTIVO LOCAL – LEI, ADEMAIS, QUE NÃO IMPLICA NA CRIAÇÃO DE DESPESAS – PEDIDO INICIAL JULGADO IMPROCEDENTE. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2002934-67.2018.8.26.0000; Relator (a): Francisco Casconi; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 23/05/2018; Data de Registro: 28/05/2018) – grifo nosso.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL QUE DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO, NA INTERNET E POR MEIO DE CARTAZES AFIXADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, DA LISTA DE FARMÁCIAS POPULARES QUE ESTARÃO EM FUNCIONAMENTO DURANTE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. NORMA DE CARÁTER GENERALISTA, ALHEIA À CONCRETA GESTÃO OU À ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO. VÍCIO DE INICIATIVA NÃO CARACTERIZADO: O ROL DE INICIATIVAS LEGISLATIVAS RESERVADAS AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO É MATÉRIA TAXATIVAMENTE DISPOSTA NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PRECEDENTES DO STF. INEXISTÊNCIA DE OFENSA MATERIAL À REGRA DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. LEI EM CONSONÂNCIA COM O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E DO DIREITO CONSTITUCIONAL À INFORMAÇÃO. AUSÊNCIA, POR FIM, DE OFENSA À REGRA CONTIDA NO ARTIGO 25 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. A



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

GENÉRICA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO IMPLICA A EXISTÊNCIA DE VÍCIO DE CONSTITUCIONALIDADE, MAS, APENAS, A INEXEQUIBILIDADE DA LEI NO EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO EM QUE APROVADA. PRECEDENTES DO STF. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2043960-16.2016.8.26.0000; Relator (a): Márcio Bartoli; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 10/08/2016; Data de Registro: 26/08/2016) –grifo nosso.

Por derradeiro, no concernente ao aspecto gramatical e lógico o projeto atende aos preceitos da Lei Complementar nº 95 de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

Ante todo o exposto, sem embargo do entendimento contrário acima colacionado, opinamos pela constitucionalidade e legalidade do projeto, ressalvadas as recomendações acima fulcradas em decisões da Corte Bandeirante. Sobre o mérito, manifestar-se-á o Plenário de forma soberana.

É o parecer.

Procuradoria, aos 28 de novembro de 2023.

Rosemeire de Souza Cardoso Barbosa
Procuradora - OAB/SP 308.298

Assinado digitalmente